

Feridas abertas pelo racismo no ambiente escolar

Deise Cardoso Santos Silva¹



10.56238/rcsv14n4-016

RESUMO

As reflexões apresentadas neste artigo versam acerca do racismo que permeia o ambiente escolar, fruto do resultado de pesquisa realizada com 54 alunas e alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II em uma escola pública de Salvador, Bahia, no ano de 2023. Assim, utilizou-se enfoque quali-quantitativo com uso da técnica do questionário semi-estruturado, a fim de se obter o maior número possível de respostas, todavia, com ênfase na qualidade das mesmas e considerando-se as subjetividades inerente ao tema. Em adição, foram realizadas atividades como rodas de conversa, música e desenhos, como o objetivo de capturar com maior profundidade a percepção dos estudantes. Ressalta-se que a escola foi apontada pela maioria dos estudantes como sendo o lugar onde ouviram falar ou aprenderam sobre o racismo e que nesse mesmo ambiente alunas e alunos racializados sofrem violência racista. Para construir reflexões acerca da temática, o texto se alicerça em autores como ALMEIDA (2021), OLIVEIRA (2007), GOMES (2006), MBEMBE (2019), SILVA (2010).

Palavras-chave: : Racismo, Ambiente Escolar, Estudantes, Violência.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, resultado de uma pesquisa realizada com alunas e alunos estudantes de escola pública de Ensino Fundamental de Salvador, Bahia, apresenta uma reflexão sobre o racismo dentro do ambiente escolar. Uma vez que, a racialização, enquanto marcador social, também incide no ambiente escolar, o mesmo representa um dos problemas existentes na escola, ainda que contradiga a sua função, *a priori*, inclusiva, por replicar inúmeros preconceitos e discriminações por meio do seu corpo escolar, para esse estudo, em particular entre alunas e alunos, em suas interações cotidianas.

Sendo um elemento estruturante da realidade brasileira, o racismo exerce um grande impacto na dinâmica escolar. Na escola, uma das principais formas de perpetuação do racismo é a negação da sua existência a partir de uma visão negligente de que a escola estaria de alguma forma imune às contradições presentes na realidade social. Assim, é como se ao adentrar os portões da escola estivéssemos em um universo paralelo em que a realidade do país não se aplica. Com efeito, isso não acontece, pois a escola não se distancia da realidade vigente bem como seus interlocutores também estão inseridos na dinâmica social brasileira.

Por meio da prática pedagógica, percebi nas vivências cotidianas na sala de aula, constantes apelidos ofensivos, agressões físicas e ameaças. Assim, durante essa pesquisa, busquei retratar a

¹ Mestra em Educação e Contemporaneidade pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia).
Arte Educadora no Ensino Fundamental II e EJA na SMED- Salvador, Bahia.
E-mail: deisesilva@educacaosalvador.net

percepção que os estudantes têm sobre o tema, de que forma o racismo se atualiza na escola e com que frequência ele ocorre.

A escola constitui-se em um espaço que tem como função, além de favorecer a construção do conhecimento de seus educandos, criar situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento no âmbito individual e coletivo, para o exercício de uma cidadania plena. De acordo com Freire (1997, p. 22), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Outrossim, a prática da boa convivência e do respeito no ambiente escolar é de suma importância para a formação de cidadãos dentro de uma sociedade em que se aspira igualdade de direitos. De acordo com Chalita (2008, p.201), “a escola é um lugar que reúne muita gente. Diferentes olhares, gostos, caprichos, talentos, sentimentos, sonhos, necessidades, histórias de vida, contextos”.

Foi feita a escolha pela pesquisa de enfoque quali-quantitativa, uma vez que, se por um lado a pesquisa qualitativa é a que melhor se adequa a temas sociais em educação, como é o caso, por outro lado, a pesquisa quantitativa é importante quando se pretende avaliar a ocorrência de determinado fenômeno, Sampiéri (2006). Vale salientar que, esse estudo se sustenta nas contribuições de cada método e não em suas possíveis debilidades.

O estudo foi realizado com duas turmas do 7º ano, com idades entre 12 e 14 anos, totalizando 54 participantes do questionário proposto, entre alunas e alunos.

2 REFLEXÕES ACERCA DO MARCADOR SOCIAL DA RACIALIZAÇÃO

“Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado” (Almeida, 2021, p. 24) e, como performativo, agrega um enlace histórico peculiar, um marco gerador que atribui significado no contexto brasileiro. Outrossim, se refere a um conjunto de práticas classificatórias que tipificam corpos, origens, culturas e fenótipos como forma de separar pessoas brancas e não-brancas a fim de manter privilégios do primeiro grupo.

Racismo é a manifestação da ideia que se tem a respeito de uma raça. Entende-se que raça é uma categoria mental e produto direto da modernidade construída e consolidada para legitimar a colonização através das relações de poder, (Quijano, 2002).

Com efeito, é importante o entendimento de que o *modus operandi* do racismo hierarquiza as corporeidades em uma escala de valor e justifica o tratamento desigual, ou seja, nós, mulheres negras, não ocupamos os espaços de poder e cidadania plena. “Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais” (FLAUZINA, 2008, p. 16). Ainda nessa perspectiva, acrescenta-se que:

A raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (Munanga, 2004, p. 19).

Em sua estrutura, o racismo está inserido em um processo histórico, pois sempre esteve presente na formação da sociedade brasileira, sustentando processos econômicos e organização social através de um período terrivelmente longo de escravização e segue até hoje; trata-se ainda de um processo político, pois influencia a organização da sociedade e a distribuição do poder de forma desigual.

Desse modo, a concepção de racismo estrutural busca compreender os modos de organização da sociedade, oferecendo uma análise mais integrada dos diversos elementos envolvidos no fenômeno do racismo (ALMEIDA, 2021).

Refletindo com Mbembe (2019), racismo e raça são marcadores definidos pelo Estado, e ele sempre utilizará tais definições para manter a normalização dos crimes por ele arquitetada. Esse tipo de racismo se aprofunda em nossas subjetividades, na medida em que o naturalizamos e acreditamos “que sempre foi desse jeito” e “que não se pode fazer nada a esse respeito”. Também penetra fundo em nossas instituições e estruturas sociais, a ponto de parecer uma “ordem natural da realidade”.

Assim, pode-se perceber a materialização do fenômeno do racismo nos diversos âmbitos da sociedade e sua atualização através do tempo, de forma efetiva e igualmente eficaz no que se propõe. Vale destacar que:

O que poderia ser considerado histórias ou lembranças do período colonial permanecem vivos no imaginário social e adquirem novas roupagens e funções em uma ordem social supostamente democrática que mantém intactas as relações de gênero, segundo a cor e a raça instituídas no período escravista. (CARNEIRO, 2003, p. 23).

Além disso, o racismo sempre tem um caráter estrutural, uma vez que é um elemento que compõe a “organização econômica e política da sociedade, fornecendo o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018, p. 21), produzindo pobreza, desemprego, privação e escassez de toda ordem.

Em suma, fica evidente que a relação entre raça e racismo está vinculado a fatores sociais, econômicos e culturais atrelados a uma ideologia discriminatória e hierárquica conforme a literatura que embasa o tema, com efeito vale mencionar as palavras de Horkheimer e Adorno (1986, p.158) que afirmam:

A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal. A raça, hoje, é a autoafirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara.

3 A ESCOLA DIANTE DO RACISMO

Historicamente, no Brasil, a escola se constitui como um espaço seletivo, marcado pelas complexidades das relações étnico-raciais, portanto, toda a comunidade que compõe esse coletivo sofre atravessamentos e de alguma forma é afetada. Entretanto, os danos provocados às meninas e adolescentes negras, as tornam mais vulneráveis, já que são atingidas pela discriminação racial, de gênero, e via de regra, de classe, por fazerem parte das camadas mais pobres na sociedade.

A forma em que a escola está estruturada e organização se mostra estratificada e tende a reproduzir e dar continuidade a preconceitos e exclusões, existentes na sociedade. Dentro dessa estrutura excludente as crianças negras são comumente afetadas. Conforme Gomes (2003, p. 38):

A própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e aluna negros e pobres. Essa exclusão caracteriza-se de maneiras diversas, por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência ou pela presença superficial da discussão da questão racial no interior da escola; pela não existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores.

O entendimento da escola como um espaço educativo, que propõe contribuir para o desenvolvimento de um projeto de educação viável e comprometido com o desenvolvimento de seus educandos, e deve visar intervir na realidade afim de tornar o referido ambiente em um lugar para construção dos conhecimentos, democrático e livre de preconceitos.

Santos (2007, p. 27) afirma que a escola:

“(…) pode reproduzir as formas de relações presentes na sociedade, dentre elas as raciais”. Uma vez que se aspira a construção de uma sociedade justa e igualitária, é de fundamental importância que as crianças tenham uma educação livre da discriminação e, por conseguinte, livre de preconceito, exclusão social, marginalização e violência. Para tanto, é indispensável que haja “[...] um real compromisso de todos aqueles que querem viver numa sociedade mais justa, principalmente, por parte dos profissionais da educação” (MARTINS & MUNHOZ, 2007, p. 35).

Um dos grandes desafios atuais da educação é promover a inclusão dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira e que convivem no espaço escolar. De uma forma geral, o cotidiano no espaço escolar apresenta inúmeros demandas, justamente por se tratar de um espaço heterogêneo, em termos sociais, culturais e étnicos.

Destarte, convém salientar que por meio de uma formação voltada para a inclusão, respeito a diversidade e cidadania os professores, atores importantes na dinâmica educativa, terão mais ferramentas e competência na mediação da questão do racismo no ambiente escolar, a fim de que intervir de forma assertiva e adequada, contribuindo para a inibição de toda e qualquer forma de preconceito racial que venha ocorrer. Santos (2007, p. 77) sugere que:

a formação do educador para o tratamento da diversidade étnica e racial, no contexto escolar, é de suma importância para uma prática profissional cotidiana e segura para a inclusão da diversidade racial. No entanto, o não acesso à informação e formação específica para a sua prática educativa em relação à temática, não o isenta da responsabilidade e sensibilidade com o tratamento da diversidade e proteção dos alunos frente às situações de discriminação.

Trazendo à baila a compreensão de Morin (2001, p. 11), “uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”, se construindo de forma democrática, inclusiva e pluricultural em prol da cidadania.

4 APORTE METODOLÓGICO

É de suma importância considerar a necessidade de procedimentos investigativos estarem alicerçados em modos viáveis e adequados para a produção conhecimento, bem como atrelados a princípios éticos de pesquisa, ressaltando que o compromisso estabelecido em todas as etapas desse estudo gira em torno desses pressupostos.

Nesse estudo, entende-se que “a coleta e análise de dados a partir da combinação pode fortalecer os resultados da pesquisa” (BRYMAN, 1995, p. 134). Em concordância com esse entendimento, o desenvolvimento do presente estudo se pautou em elementos das abordagens tanto qualitativa como quantitativa, por entender ser por vezes uma forma ou outra, que melhor se enquadra, tendo como objeto, as concepções de atores sociais do meio estudantil a respeito do racismo. “Só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda” (DEMO, 2002, p.35).

A abordagem quantitativa pressupõe objetividade por parte do pesquisador, já o enfoque qualitativo, utilizado de forma processual, de acordo com Tesch (1990), “utiliza-se de informações subjetivas, que podem se expressar em palavras ou de outras formas, como pinturas, fotografias, desenhos, filmes ou músicas”. “No Método Misto, como é chamado por alguns autores, o pesquisador baseia a investigação supondo que a coleta de diversos tipos de dados garanta um entendimento melhor do problema pesquisado” (CRESWELL, 2007, p. 34-35).

Desta forma, procedeu-se a atividades em sala, que iniciaram com debate que teve “racismo” como tema-gerador, com participação expressiva das turmas, cada qual em seu horário específico de aula, sob a minha mediação, como professora das turmas, e culminaram com um ciclo de debates acerca do assunto, com alunas e alunos das referidas turmas para que fosse possível completar a inferência a respeito da percepção dos mesmos sobre o racismo. Tais atividades antecederam ao questionário, de 12 perguntas, aplicado às alunas e alunos, interlocutores desse estudo.

4.1 AS TÉCNICAS UTILIZADAS

4.1.1 Atividades em sala de aula

Por meio de intervenções feitas com as turmas foram realizadas rodas de conversa sobre o racismo. A partir deste tema gerador, buscou-se o conceito e experiências pessoais entre os estudantes em grupos, nos quais os mesmos relatavam situações vivenciadas ou mesmo assistidas em noticiários e mídias digitais que acessam.

Diálogos e debates ocorreram durante os horários de aula, pelo período de duas horas aula (2h/a), com a referida professora. A partir dessa nova construção, utilizando mais 4h/a, as alunas e alunos, em grupos de 4 a 6 componentes, demonstraram o aprendizado sobre o tema de forma criativa, utilizando conhecimentos prévios, desenhos, músicas ou pequenas dramatizações, conforme escolha do grupo. As atividades foram apresentadas para colegas da turma e professora em sala de aula.

4.1.2 Questionário semiestruturado

A pesquisa foi realizada em duas turmas com estudantes do 7º de uma escola de Pública do Município de Salvador, totalizando 54 interlocutoras e interlocutores. Para a coleta de dados, foi realizado um questionário semiestruturado, construído pela pesquisadora e submetido a um pré-teste com 8 alunas e alunos do 7º ano da mesma escola, mas de salas diferentes.

Vale ressaltar que em algumas perguntas, os estudantes sinalizaram mais de uma alternativa, ou ainda, não quiseram responder algumas delas por motivos que ultrapassam os limites ou contornos desta pesquisa.

5 RESULTADOS

5.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DAS INTERLOCUTORAS E INTERLOCUTORES ESTUDANTES DO ESTUDO

Esse estudo foi realizado com alunas e alunos matriculados em 2023, no 7º ano do Ensino Fundamental em escola pública de Salvador. Participaram 54 adolescentes com idades entre 12 de 14 anos, sendo 57% do sexo feminino e 43% do sexo masculino. Destes, 81% se identificaram como negras (os) ou pardas (os); 12% como brancas (os) e 7% não responderam a essa questão.

5.2 PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO

Em relação à já ter ouvido falar ou não acerca do racismo, do total de alunas e alunos pesquisados, 96% já ouviram falar sobre esse tema e 4% afirmaram nunca ter ouvido falar. Entre os que já ouviram sobre o referido assunto, a escola aparece como principal local de divulgação deste

marcador social, sendo sinalizado em 55% dos questionários, as mídias digitais com 30% dos questionários, a família em 11% e a TV aparece em 4% das respostas.

Ao serem perguntados se já tiveram vontade de sair ou mudar de escola por sofrerem violências racistas, como constrangimentos, agressões físicas ou verbais por parte de outros estudantes, 43% afirmaram que sim.

Sobre de quem é a responsabilidade ou culpa da existência de práticas e comportamentos racistas no ambiente escolar, os mais citados foram os próprios agressores, 54%; dos pais ou responsáveis dos agressores ou agressoras, 32% e, da gestão/coordenação/professores, 14%.

5.3 OCORRÊNCIA, FORMAS E SENSACIONES SOBRE PRÁTICAS RACISTAS NA ESCOLA

Ao serem perguntadas e perguntados sobre com que frequência teriam sofrido algum tipo de violência racista na escola, por parte da mesma pessoa ou de um mesmo grupo de pessoas, obteve-se que, 51% responderam que foram vitimizadas e vitimizados de uma a diversas vezes, 18% relatam sofrer com tal fenômeno quase todos os dias e 7%, todos os dias, já 19 % afirmaram nunca ter sofrido racismo e 5 % não responderam a essa questão.

Quanto as formas de racismo mais referidas, 57% termos pejorativos como macaca, macaco, cabelo duro, macumbeira ou macumbeiro, 22% agressão física, 17% nunca sofreram e 4% não responderam.

Sobre se já presenciou alguma aluna ou aluno que sofrendo o que considera ser racismo dentro do ambiente escolar, a maior parte, 51 %, respondeu que sim, 32% respondeu que não, 14% afirmaram não saber e 3 % não responderam esse quesito.

Entre as (os) estudantes que admitiram ter sofrido violência racial, 49% diz que o fato ocorreu na quadra, pátio ou corredores da escola; 28% dizem que foi na sala de aula e 23% apontam outros lugares, como a rua ou as redes sociais.

Ao se perguntar sobre o sentimento destas alunas e alunos, que declararam sofrer ou já ter sofrido agressões racistas, 46 % sentem tristeza, 30 % raiva, 12% inferioridade em relação aos agressores, 9 % não sabem, 3% não responderam.

Perguntados se já cometeu alguma forma de violência racial à colegas dentro ou fora da escola, a maior parte respondeu que não, contabilizando 84 % dos resultados, 7% responderam que sim, 6% responderam não saber e inferioridade em relação aos agressores inferioridade em relação aos agressores 3 % não responderam a essa pergunta.

6 DISCUSSÃO

6.1 O ENTENDIMENTO DAS ALUNAS E ALUNOS SOBRE O RACISMO

O fato de a maioria das interlocutoras e interlocutores da pesquisa responderem que têm entendimento do que é racismo confirma-se a partir das interações nas atividades em sala de aula, diálogos e rodas de conversa, bem como pelo material produzido por estes durante o processo, a exemplo de pequenas dramatizações e músicas e desenhos.

Destarte, algumas das falas dos estudantes a respeito do que é racismo, foram: “preconceito”, “falta de respeito”, “chamar de macaco”, “Ofender pessoas, colocar defeitos por causa da cor”, “chamar de macumbeira”, “agredir as pessoas verbalmente”, “É discriminar, xingar, humilhar as pessoas, só por causa da aparência”, “é quando pessoas chamam outras pessoas com nomes que elas não gostam ou pela cor”, “se achar melhor que os outros”, “é uma forma de humilhar os outros pelos defeitos”, “é uma forma de deixar uma pessoa triste com apelidos horríveis”, “brincadeira sem graça”, “é quando as pessoas abusam do outro verbalmente e fisicamente”, “xingar e humilhar, fazer com que a pessoa se sintam feia”, “zombar do colega”, “apelido sobre a raça que ofende as pessoas”.

Sobre a maioria dos atores afirmar que é na escola que ouvem falar ou aprendem sobre racismo, está em conformidade com o que afirma Palma et al. (2010, p.20): “quando ensina, o professor desenvolve um conjunto de operações que transformam o currículo em prática real”. Com efeito, “o professor deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país para contribuir e superação do preconceito e discriminação” (BRASIL. MEC, 1997, p. 4).

De acordo com o resultado dos questionários, percebe-se que a maioria das alunas e alunos relaciona as motivações da prática racista, principalmente às características físicas e estéticas. A esse respeito, Oliveira (2007) afirma que em muitos casos a imagem ou ideia que se tem se construídas sobre estudantes negros é uma imagem da pessoa negra como um ser que vale menos, que tem direitos a menos, que é menos do que aquele que não é. Refletindo com Santos (2001, p. 33), tem-se que estudantes negras e negros são:

Esteticamente é invisível, pois o padrão de beleza que se desenvolveu aqui o exclui e é, muitas vezes, tido como alguém eticamente não muito aceitável. Trata-se de um tripé pesado, o qual se fundamenta na negação de suas qualidades: (a) é intelectualmente frágil; (b) é inferiorizado esteticamente; e (c) de caráter duvidoso.

6.2 A RESPONSABILIDADE PELA VIOLÊNCIA RACISTA NA ESCOLA

Em relação à culpa ou responsabilidade pela existência do racismo no ambiente escolar, a maioria dos entrevistados afirmam que é dos agressores, pais ou responsáveis. Corroborando com esse achado, salienta-se que:

Parece que as atitudes discriminatórias dos alunos são efeitos da visão racista sobre o negro, retransmitindo no seio familiar, que são atualizados pelos alunos na escola. A escola, por sua vez, colabora com a manutenção e continuidade do racismo, dado o seu silenciamento sobre as questões raciais e as situações de discriminação que marcam as relações no contexto escolar. Nesse sentido, é na escola que os alunos exercitam os sentimentos racistas, reelaboram o racismo e reafirmam o sentimento de superioridade pelo fato de serem brancos (SANTOS, 2007, p. 41).

Nota-se que uma parcela significativa de estudantes declararam que é também de responsabilidade dos gestores, coordenadores e professores, estando de acordo com a cartilha do Conselho Nacional de Justiça, segundo a qual a prática de racismo é também de responsabilidade dos pais e responsáveis e dos gestores escolares, e que os mesmos, como representantes da autoridade da instituição, devem acionar os Conselhos Tutelares e os Órgãos de Proteção à criança e ao adolescente (ECA) e caso as providências legais não sejam tomadas, os mesmos devem responder pelos atos de omissão.

O fato de mais da metade dos alunos que admitem ter sofrido racismo na escola, coloca a quadra, o pátio, corredores ou a sala de aula, como locais de maior ocorrência do fenômeno. Tal fato evidencia a fragilidade que a escola ainda tem no trato da questão. Vale salientar que se torna visível que muitas escolas, de um modo geral, ainda não estão preparadas para lidar com o racismo “a ação das escolas perante o assunto ainda está em fase embrionária”, é o que afirma Silva (2010, p. 162).

O ambiente escolar por ser um recorte da sociedade, retrata as demandas e as questões que estão atreladas a mesma, desse modo, "a comunidade escolar tende a reproduzir, em maior ou menor escala, a sociedade como um todo" (Silva, 2010, p. 79). Com efeito, a própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e aluna negros e pobres. Essa exclusão caracteriza-se de maneiras diversas, por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados (...) (GOMES, 2003, p. 38).

Segundo Fante (2005), todos, incluindo professores, devem se responsabilizar pelo que acontece entre as crianças e adolescentes no ambiente escolar, é um compromisso de todos os atores dentro desse contexto, controlar ou minimizar os atos de violência entre os alunos nas dependências da escola.

Foi possível observar também o sentimento de tristeza, raiva e interiorização por parte de alunas e alunos que afirmaram sofrer violência racista na escola.

Vale salientar duas falas, obtidas durante os diálogos em sala de aula assim como durante as produções das atividades em grupos. Aluna “A”, autodeclarada negra: “Até hoje tenho ódio dos meninos que chamavam de macaca e de suja, foi no ano passado, eu estudava em outra escola, mas sempre me lembro, quando passo na frente daquela escola às vezes tenho vontade de chorar. Me sentia um lixo, mas aqui ninguém fez racismo, mas eu percebo que muitos nem falam comigo direito nem me querem nos grupos, isso é racismo também, mas lá era pior”. Aluna “B”, autodeclarada negra: “Eu não gosto muito da escola por isso também, qualquer briga, qualquer coisa só xingam a gente de macaca ou macumbeira, se acham melhor, eu fico com depressão, querendo ir pra outro lugar, porque mesmo quando a professora reclama, depois eles xingam de novo, não adianta nada”. **Guimarães (2008)**, argumenta que o racismo fomenta situações conflituais traumatizantes, gerado pela vivência contínua em um ambiente nocivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a escola seja um ambiente no qual os estudantes têm o pressuposto de serem socializados, e em meio à diversidade construir uma formação cidadã, em muitos casos, em nome dessa mesma diversidade, os mesmos sofrem hostilidades e violência como o racismo.

Outrossim, a complexidade que envolve o ambiente escolar assim como o perfil heterogêneo de seus atores exige um constante pensar e repensar, construir e desconstruir, de modo que se concretize o verdadeiro respeito a pluralidade e se garanta oportunidades e direitos sem exceções. A prática preconceituosa de raça, ou de quaisquer natureza, ofende a dignidade humana e impede o exercício da democracia.

O ambiente escolar também é um dos principais acessos para a superação de comportamentos racistas, discriminatórias, hostis e violentas, pois é um lugar de construção de relações pautadas no respeito e na formação de pessoas aptas a viver em sociedade de maneira democrática e cidadã. “Reconhece-se a importância estratégica que tem a escola, a educação e também a juventude no combate ao racismo e na defesa dos direitos humanos” Castro e Abramovay (2006, p. 21).

Cabe à comunidade escolar como um todo, se responsabilizar pela integridade física e emocional dos seus alunos e alunas e, por meio de intervenções pedagógicas proporcionar aos mesmos um ambiente favorável ao aprendizado e garantir-lhes o direito à educação inclusiva e cidadã. Atividades que fomentem o debate da questão tem um impacto importante para a população que sofre com racismo e discriminações, se baseados na orientação e acolhimento dos mesmos.

Em suma, por meio de esforços conjuntos, gerados por práticas pedagógicas que promovam o respeito e a igualdade entre seus atores, é possível construir novas maneiras de vivenciar o ambiente

escolar e por conseguinte de se relacionar com a diversidade, na formação de futuros cidadãos e cidadãs conscientes da alteridade presente em toda sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, JulioGroppa. (Org.) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS; NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.
- BARCELOS, A. M. F. Metodologia de Pesquisa das Crenças sobre Aprendizagem de Línguas: Estado da Arte. In: Revista Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 1, n 1, p.71-92, 2001.
- BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.
- BRYMAN, A. Quantitiyandqualityon Social Research London: Routledge, 1995.
- CASTRO, M. G. (Coord.) / ABRAMOVAY, M. (Coord.). Relações Raciais na Escola: Reprodução da Desigualdade em Nome da Igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.
- CHALITA, G. Pedagogia da amizade. Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores. 2ª Ed. São Paulo: Gente, 2008.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEMO, P. Avaliação quantitativa. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- FLAUZINA, A. L. P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: Revista Brasileira de Educação. Campinas: Autores Associados, v. 21, 2002.
- Guimarães, M. A. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. Saúde e Sociedade, 17(1), 117-130. <https://di.org/10.15907711/S0104-1290200800010>. 2008.
- ADORNO, T. HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MARRIEL, Lucimar Câmara et al. Violência escolar e autoestima de adolescentes. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 36, n. 127, Apr. 2006.

- MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite:ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVERA, Ivone Martins de. Preconceito e Autoconceito: Identidade e Interação na sala de aula. São Paulo: Papirus, 2007.
- PALMA, Ângela P. T. V.; PALMA, José A. V.; OLIVEIRA, Amauri A. B. Educação Física e a organização curricular: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio. 2 ed. Londrina: Eduel, 2010.
- QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. Novos Rumos. a17. n37. 2002.
- SAMPIERI, R. H. et al. Metodologia de pesquisa. 3. ed. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, H. A Busca de um caminho para o Brasil: A trilha do círculo vicioso. São Paulo. Editora Senac, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TESCH, Renata. Qualitative research: analysis types and software tools. Basing stoke: The Falmer Press, 1990.